

35 já concorreram na ultima eleição devem entregar novamente a documentação, sendo
36 respondido pela Secretaria do CEHIDRO que sim, pois e um novo processo eleitoral,
37 sendo complementado pela mesma que os membros convidados e representantes
38 governamentais não precisam se candidatar, sendo necessária somente a indicação dos
39 seus representantes para o próximo biênio que será solicitado momento oportuno. Dando
40 continuidade, o Secretario Executivo colocou aos conselheiros que saiu a publicação do
41 livro “Governança Pública das Águas: Experiências dos Estados Brasileiros na Gestão
42 das Águas”, destacando que temos exemplares para distribuir entre os conselheiros.
43 Colocou ainda que temos para distribuir também CD com o Plano Estadual de Recursos
44 Hídricos, ponderando que a versão impressa, segundo a gráfica, deve ser entregue no dia
45 15/11, e que assim que for entregue será disponibilizado também aos conselheiros.
46 Colocou aos conselheiros que a Sra. Marly Aguiar, que foi conselheira do CEHIDRO e
47 integra a ARPCA, enviou um e-mail solicitando a criação de um grupo de trabalho para
48 tratar sobre a regulamentação dos conjuntos de moto bomba para a captação de água,
49 ponderando que provavelmente o resultado deste grupo de trabalho seria uma minuta de
50 resolução, e que seria interessante que a Sra. Marly viesse apresentar sua proposta ao
51 Conselho, para que ficasse claro seu intento. O Conselheiro Décio Siebert colocou que
52 esta regulamentação e importante, uma vez que a preocupação com a contaminação
53 ambiental com óleo é grande, ainda mais como nesta situação onde se tem uma
54 proximidade com os corpos d’água superficiais. A conselheira Edenir Serigatto questionou
55 se não é necessário se ter uma autorização para utilizar estes conjuntos, sendo
56 respondido pelo Secretario Executivo que é necessário se ter o licenciamento ambiental
57 do empreendimento, mas existem usos no qual o licenciamento não e necessário. A
58 conselheira Maria Dilceia ponderou que é necessário que a Sra. Marly venha expor sua
59 solicitação para que se de um encaminhamento ao pedido. O Secretario Executivo
60 colocou que é consenso a necessidade de regulamentação, mas que devido a
61 necessidade de esclarecimentos, será solicitado a Sra. Marly que compareça a próxima
62 reunião para apresentar sua solicitação, o que foi aprovado pelos conselheiros. O
63 Secretario Executivo passou então ao próximo ponto da pauta, colocando em apreciação
64 a minuta de Resolução n° 30, que estabelece o calendário de reuniões para o ano de
65 2010. A sra. Leonice Lotufo sugeriu que a 25ª Reunião ordinária fosse alterada do dia
66 11/03 para o dia 22/03, coincidindo com o dia mundial da água, ao que a conselheira
67 Edenir Serigatto ponderou que no dia mundial da água diversas instituições realizam
68 eventos comemorativos e isto pode comprometer a participação dos conselheiros na

69 reunião, sendo sugerido pela conselheira Telma Monteiro que a mesma fosse então
70 realizada na quinta feira anterior ao dia mundial da água, dia 18/03, o que foi aprovado
71 pelos conselheiros. O Secretario Executivo sugeria a alteração da data da 29ª reunião
72 ordinária do dia 11/11 para o dia 28/11, devido a proximidade da mesma com a data de
73 realização do segundo turno, caso o mesmo ocorra, o que foi aprovado pelos
74 conselheiros. Em seguida o Secretario Executivo passou a palavra à conselheira Vera
75 Dias, a qual informou aos conselheiros que durante a Conferência Estadual de Saúde
76 Ambiental foi definido e selecionada uma das 6 diretrizes prioritárias do estado para a
77 Conferencia Nacional, a integração entre a Política de Recursos Hídricos e a Política de
78 Saúde, destacando a importância dos conselheiros terem ciência das discussões que
79 estão ocorrendo por ocasião das conferencias não só no estado de Mato Grosso, mas
80 também em São Paulo e Rio Grande do Sul. Estados estes de peso nas decisões finais
81 na Conferência Nacional a qual ocorrerá em Brasília no período de 09 a 12/12, ressaltou a
82 importância de ficarmos atentos ao resultado dessas diretrizes federais, pois os mesmos
83 destacaram como ponto forte a questão da Política de Recursos Hídricos. A conselheira
84 Vera Dias também socializou a todos os demais conselheiros presentes, que
85 antecederam a Conferencia Estadual dez encontros intermunicipais e 02 encontros
86 municipais, onde tiveram como produto final 36 diretrizes e 72 ações eleitas pelos
87 representantes dos diversos segmentos e da sociedade civil, no encontro estadual foram
88 definidas e eleitas pelos delegados 6 diretrizes e 12 ações para serem representadas na
89 Conferência Nacional . O Secretario Executivo colocou que no CNRH foram escolhidos 10
90 delegados para participar da Conferência Nacional de Saúde Ambiental, ponderando que
91 não se candidatou ao mesmo devido a dificuldade de liberação de viagens no Estado, o
92 que deve agravar-se no ano que vem por ser um ano eleitoral, ponderou ainda que as
93 pessoas que trabalham com recursos hídricos notam que estamos conseguindo articular
94 com diversas políticas, entretanto esta articulação é dificultada por não termos como
95 financiar a ida de conselheiros representando o CEHIDRO neste tipo de reunião. . A
96 conselheira Telma Monteiro complementou que o Governador se comprometeu a colocar
97 as demais diretrizes definidas na Conferencia Estadual e não eleitas prioritárias para
98 serem encaminhadas a Conferencia Nacional, como plano de governo. O Secretario
99 Executivo ponderou que se o Secretario de Saúde se comprometeu a assumir as
100 diretrizes, o Secretario de Meio Ambiente também terá que assumi-las, o que é importante
101 ate mesmo no fortalecimento do Conselho, uma vez que a secretaria executiva só pode
102 atuar ate determinado ponto, sendo necessária vontade política para levar adiante as

103 solicitações do mesmo, e este comprometimento do Secretario de Meio Ambiente com a
104 integração das políticas facilitará isto. O conselheiro Décio Siebert colocou que é
105 pertinente o que foi exposto pelo Secretario Executivo, ponderando que a política de
106 Recursos Hídricos e o CEHIDRO estão sendo mais visados, inclusive tendo sido dada
107 maior atenção à própria política nacional, o que força uma mudança de foco no estado. O
108 Sr. Nédio Pinheiro colocou aos conselheiros que participa da CTAS do CNRH como
109 representante do Conselho, entretanto suas despesas são apagas pela SEMA,
110 ponderando que muitas vezes existem dificuldades em se conseguir participar da mesma,
111 correndo-se inclusive o risco de se perder a vaga na mesma e sugeriu aos conselheiros
112 que fosse feita uma moção dirigida à SEMA, com as datas destas reuniões, e solicitando
113 a liberação dos técnicos para participar da mesma. O Secretario Executivo colocou que
114 para conseguir se arcar com os custos de viagens de conselheiros para representar o
115 CEHIDRO nestas reuniões é necessário que conste no Decreto que o regulamenta esta
116 possibilidade, o que não foi contemplado quando se elaborou o Decreto nº 6.822/2006,
117 que atualmente regulamente o CEHIDRO, por decisão do Secretario de Meio Ambiente da
118 época. Colocou ainda que foi publicado um decreto possibilitando este pagamento aos
119 conselheiros do estado, porém o mesmo foi alterado no dia seguinte incluindo que para
120 tanto é necessário que esteja previsto no decreto que regulamenta o Conselho, o que fez
121 com que voltássemos a estaca zero. Ponderou ainda que a proposta de alteração do
122 Decreto nº 6.822/2006 já foi encaminhada, entretanto esta “parada” no gabinete do
123 Governador. O conselheiro Antonio Vecchiato colocou que é possível se efetuar este
124 pagamento das despesas dos conselheiros através do FEHIDRO, sendo necessário para
125 tanto se verificar como esta o andamento da recriação do mesmo. A conselheira
126 Alessandra Panizi colocou que o Novo Código Ambiental do Estado, onde esta prevista a
127 recriação do FEHIDRO, foi encaminhado pelo governador para a Assembléia Legislativa
128 no dia 15/10, dia seguinte a entrega simbólica da Moção que solicita a não alteração do
129 conteúdo relacionado a recursos hídricos no mesmo. Ponderou ainda que é necessário,
130 estando a mesma na Assembléia, o empenho político dos conselheiros para sua
131 aprovação. O Secretario Executivo colocou aos conselheiros que o conselheiro Décio
132 Siebert fará uma apresentação sobre pagamento de serviços ambientais (PSA),
133 destacando que o estado tem interesse em instituir o PSA, sendo uma forma de instituir o
134 FEHIDRO no estado, como foi feito em outras unidades da federação. Colocou ainda que
135 a realidade do Mato Grosso é diferente da realidade dos demais estados, devido a
136 existência de áreas muito grandes, devido a isto foram descartados o pagamento por área

137 total da propriedade e pelo total de áreas de preservação permanente, focando-se
138 somente nas áreas de preservação das nascentes, destacando que esta sendo elaborada
139 uma minuta de legislação para ser apresentada ao CEHIDRO sobre este tema. Ponderou
140 ainda que um agravante na diferença entre os estados e não contarmos com o apoio do
141 Ministério Público em Mato Grosso, colocando que em outros estados o Ministério Público
142 participa das negociações para o PSA possibilitando adaptações que facilitem a aplicação
143 do mesmo nas propriedades. A conselheira Alessandra Panizi sugeriu que o Ministério
144 Público Federal e Estadual fossem convidados para as reuniões para que o mesmo
145 tomasse conhecimento das mesmas e dos temas que estão sendo discutidos, como uma
146 forma de estreitar os laços entre as entidades. A conselheira Edenir Serigatto colocou que
147 ira se reunir com o Promotor de Tangará da Serra para apresentar o trabalho que fez no
148 município, destacando que possui uma preocupação sobre a viabilidade de plantio nas
149 pequenas propriedades devido a grande área que deve ser destinada à APPs no estado,
150 ponderando que isto pode ser em parte solucionado com o PSA. O Secretario Executivo
151 passou então a palavra ao conselheiro Décio Siebert, que iniciou sua fala colocando aos
152 conselheiros que o Pagamento por Serviços Ambientais é uma questão importante e que
153 se encontra em foco, destacando que participou de três eventos onde o tema mais
154 debatido foi PSA, o qual foi visto por diversos ângulos. Colocou ainda que existem varias
155 iniciativas de implantação deste programa tanto em nível federal quanto estadual e
156 municipal, ponderando que existem sete projetos de lei tramitando na Câmara dos
157 Deputados, sendo que o Projeto de Lei do Executivo, sob o n° 5487/2009, foi enviado pelo
158 Ministério do Meio Ambiente e que também esta na Câmara dos Deputados e deve ser
159 votado em breve. Ponderou que o PL n° 5487/09 deve ser aprovado, uma vez que é de
160 interesse de ruralistas e ambientalistas que se institua o pagamento por serviços
161 ambientais. Apresentou aos conselheiros o PL n° 5487/09, destacando que o mesmo é
162 constituído de três subprogramas, sendo eles o subprograma Floresta, Água e RPPN,
163 ponderando que é interessante e importante o Estado seguir esta mesma linha no
164 estabelecimento da sua legislação. Apresentou o subprograma Floresta, sendo
165 ponderado pela conselheira Alessandra Panizi que neste programa se tem a impressão
166 que os grandes proprietários são estimulados a abrir suas áreas, uma vez que somente
167 trata de agricultura familiar, ao que o conselheiro Decio Siebert respondeu que este ponto
168 deve ser alterado para não se restringir somente à agricultura familiar. Em seguida
169 apresentou o subprograma RPPN, destacando sua ligação com o ICMS ecológico, e o
170 subprograma “Água”. A conselheira Alessandra Panizi colocou que neste subprograma

171 Água cita bacias hidrográficas de baixa qualidade e disponibilidade, ponderando que
172 acredita que não será aplicável no estado, sendo colocado pelo conselheiro Decio Siebert
173 que este projeto de lei será utilizado como base para se elaborar uma legislação adaptada
174 ao estado. O conselheiro Decio Siebert deu continuidade apresentando aos conselheiros
175 o PL n° 792/2007, ao qual encontra-se apensado o PL n° 5487/2009 e o PL Estadual de
176 São Paulo, o qual já foi aprovado pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente de São
177 Paulo, destacando que o mesmo diferencia o Pagamento de Serviços Ecosistêmicos do
178 Pagamento por Serviços Ambientais, ponderando que é mais adequado se usar
179 pagamento por serviços ambientais no caso de Mato Grosso. Destacou ainda que serão
180 utilizados para o PSA segundo este projeto recursos do FEHIDRO, o que pode ser um
181 argumento a mais para a recriação do FEHIDRO no Estado de Mato Grosso. Apresentou
182 a Lei Estadual de Apucarana que trata do PSA, bem como o Decreto que a regulamenta e
183 a respectiva instrução técnica. Apresentou o Projeto Biocidades, da Prefeitura de Curitiba,
184 o qual criou a figura da RPPN municipal, com a possibilidade de transferência do
185 potencial construtivo. A Secretaria do CEHIDRO questionou se existe no estado a
186 exigência de se manter uma área verde nas construções urbanas, sendo respondida
187 positivamente pelo conselheiro Decio Siebert. O conselheiro Antonio Vecchiato
188 questionou se é necessário se vincular esse projeto com uma lei estadual, sendo
189 respondido pelo conselheiro Decio Siebert que não é necessário por ser uma lei
190 municipal, o qual complementou que este programa nada mais é que uma servidão
191 florestal, ponderando que no Estado de Mato Grosso a servidão florestal esta sendo
192 questionada devido a possibilidade de ser substituída por pagamento ao estado. Dando
193 continuidade, apresentou o REED, que significa emissões reduzidas de desmatamento e
194 degradação na sigla em inglês, destacando que será oficializado como integrante do
195 mercado de créditos de carbono na conferência da ONU que se realizara em Copenhagen
196 - Dinamarca e ponderando que a pessoa que for investir neste tipo de mercado exigirá o
197 caráter perpetuo da concessão, o que passa pela criação de RPPNs. Apresentou ainda a
198 Certificação Life, que seria outra forma de PSA, e a servidão florestal, a qual consiste em
199 transformar áreas remanescentes de florestas em RPPN para suprir áreas degradadas
200 em outras propriedades. A conselheira Alessandra Panizi colocou que para se fazer a
201 servidão florestal é necessário que se esteja com a área totalmente regularizada, e que o
202 problema ambiental no estado é decorrente do problema fundiário, o que dificulta a
203 regularização, sendo em muitos casos a solução para o problema se proceder ao
204 pagamento ao estado, ao que o conselheiro Decio Siebert ponderou que existem áreas

205 regularizadas onde seria possível se efetuar a servidão florestal. Dando continuidade, o
206 conselheiro Decio Siebert falou do ICMS ecológico e do Programa Produtor de água da
207 ANA. Destacou que é de extrema importância este tema e sugeriu a criação de um grupo
208 de trabalho, com a participação da Coordenadoria de Unidades de Conservação da
209 SEMA, para se discutir este assunto. O conselheiro Antonio Vecchiato ponderou que é
210 interessante se definir o grupo de trabalho na próxima reunião, devido ao processo
211 eleitoral do CEHIDRO, o que foi aprovado pelos conselheiros, sendo ponderado pela
212 conselheira Alessandra Panizi que neste grupo de trabalho devem ser incluídos também
213 possíveis multiplicadores, para se evitar que o tema fique restrito somente ao CEHIDRO.
214 O Sr. Nédio Pinheiro informou aos conselheiros que o Secretario Executivo teve de se
215 ausentar da reunião devido a problemas particulares e que iria substituir o mesmo pelo
216 restante da reunião. Em seguida, passou a palavra à Sra. Leonice Lotufo, a qual colocou
217 aos conselheiros que participou de um Grupo de Trabalho da Câmara Técnica do Plano
218 Nacional de Recursos Hídricos no CNRH, onde se discutiu a criação dos comitês de bacia
219 de rios federais. Informou que nestas reuniões foi elaborada uma resolução tratando
220 deste tema, porém voltada para regiões onde se tem problemas com qualidade ou
221 quantidade de recursos hídricos. Colocou que quanto as bacias que integram o Estado,
222 ficou definido que para a Bacia Amazônica só será discutido este tema na revisão do
223 PNRH, que deve ocorrer em 2014. Já na bacia Tocantins-Araguaia ficou definido que será
224 cumprido o que foi definido no Plano Estratégico da Bacia Tocantins-Araguaia, o qual foi
225 elaborado pela ANA. Já com relação a Bacia do Paraguai, a união tem interesse somente
226 na criação do Comitê de Bacia do Rio Paraguai, entretanto para o Estado é necessário
227 que se faça o comitê de bacia do rio Cuiabá, onde já temos alguns problemas. Colocou
228 que devido ao Cuiabá ser um rio de domínio da união, não é possível se interferir na calha
229 do mesmo, mas foi sugerido nestas reuniões que fosse criado o comitê de bacia dos
230 afluentes do rio Cuiabá, mas para isso ser possível é necessário que se altere a resolução
231 que regulamenta a criação de comitês de bacias no Estado, uma vez que ela gera uma
232 série de dificuldades para a criação dos mesmos, sugerindo que fosse criado um grupo de
233 trabalho para discutir este tema. A Secretaria do CEHIDRO colocou que seria
234 interessante que a criação deste grupo de trabalho entrasse na pauta da próxima reunião,
235 devido a alteração da composição da plenária para o Biênio 2010/2011, o que foi aceito
236 pelos conselheiros. O Sr. Nédio Pinheiro agradeceu a apresentação da Sra. Leonice
237 Lotufo e passou a palavra à conselheira Maria Dilceia, que colocou aos conselheiros que
238 o CEHIDRO recebeu um convite do MMA para participar do Centro de Saberes,

especificamente do Centro de Aprendizagem de Educação Ambiental - CAP3, que ocorreu em Campinas-SP entre os dias 29/09 a 03/10 e que foi enviada como representante do CEHIDRO no mesmo. Colocou que esta sendo organizado o CAP4, onde será aplicado o que foi discutido no CAP3, e colocando que assim que for possível passará a data para a Secretaria do CEHIDRO para que ela encaminhe aos demais conselheiros. Ponderou que seria interessante que o representante do MMA, o Sr. Franklin de Paula Júnior fosse trazido ao estado para que se realizar-se uma reunião, destacando que o mesmo tem disponibilidade e interesse em ajudar o estado nisso, sendo complementado pela Sra. Leonice Lotufo que tem o interesse de um professor da UFMT em trazer o CAP para o Estado, entretanto não teria a visão do órgão gestor no mesmo, o que é importante para que consigamos implementar. O Sr. Nédio Pinheiro agradeceu aos conselheiros pela participação no ano de 2009, destacando que este ano foi um ano exitoso para a gestão de recursos hídricos e que ano que vem devemos todos nos esforçarmos para que isto se mantenha. Passou a palavra para a conselheira Alessandra Panizi, a qual colocou aos conselheiros que lutara para participar do CEHIDRO no próximo biênio, ponderando que não participou de todas as reuniões mas que esteve representada nas mesmas e que funcionou a gestão de recursos hídricos no Estado porque existe uma equipe trabalhando para isso, agradeceu a oportunidade de participar e desejou a todos um feliz natal e um feliz ano novo. O Sr. Nédio Pinheiro colocou aos conselheiros que o 9º Seminário Estadual de Recursos Hídricos foi um sucesso, não havendo espaço suficiente para todas as apresentações e para o público recebido, sendo necessário que se ampliem as instalações para o próximo ano, sendo complementado pela Sra. Leonice Lotufo que o próximo seminário será o 10º e é importante que os conselheiros também apresentem trabalhos. Nada mais havendo a declarar o Sr. Nédio Pinheiro agradeceu a todos pela presença e encerrou a reunião às 11h 36min e eu, Sibelle Christine Glaser Jakobi, lavrei esta ATA que será assinada pelo Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

LUIS HENRIQUE C. DALDEGAN
Presidente do CEHIDRO

LUIS HENRIQUE MAGALHÃES NOQUELLI
Secretário Executivo do CEHIDRO

** Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 03/02/2010.*

*** Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.*